

Cuidar da Natureza – Interrogações e Reflexões

João Manuel Bernardo

Ecólogo

Departamento da Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora

jmb@uevora.pt

INTERROGAÇÕES SOBRE O CUIDADO

Cuidado. Cuidar de. O que é cuidar? Cuidado pressupõe a existência de um cuidador e de uma entidade cuidada, recipiente e fruidora. Cuidador e entidade cuidada são distintos ou sujeito-cuidador e objecto-cuidado podem coincidir num mesmo ser? São as necessidades e a incapacidade de as satisfazer pelo próprio que solicitam cuidados? E o cuidado só é justificável relativamente a entes incapazes de satisfazer por si as respectivas necessidades?

Pensar o cuidar da natureza significa que os humanos a vêem como algo que lhes é exterior, a que não pertencem? E de que falamos quando falamos de natureza? A natureza necessita de cuidados, é uma entidade que deve ser cuidada, ou cuida dela própria? Ou cuida dela própria em determinadas circunstâncias enquanto que noutras não tem capacidade de fazê-lo? O que significa incapacidade em sistemas naturais? Somos nós, humanos, responsáveis pela natureza e devemos cuidar dela? E de que formas de intervenção cuidadora pode ser a natureza beneficiária e com que objectivos?

À VOLTA DO CUIDAR

Para Hamington (2004), “care is committed to flourishing and growth of individuals, yet acknowledges our interconnectedness and interdependence”. Os objectivos do cuidado são o crescimento, desenvolvimento e melhoria de condição dos seres que os recebem mas estes cuidados processam-se no quadro de uma interligação e interdependência o que pode ser entendido como havendo conexões nos dois sentidos e não ser o cuidado apenas um gesto unidireccional do cuidador para com o ser cuidado.

A interacção pessoal é importante também para Bubeck (1995) que refere que o cuidado se associa a um estado emocional, actividade, ou ambos, tem natureza funcional e envolve uma interacção cara-a-cara entre cuidador e cuidado que constitui um elemento crucial da actividade. O objectivo é a satisfação das necessidades de uma pessoa por outra, não podendo esta satisfazer essas necessidades. A condição de dependência é pois relevante no conceito restritivo de cuidado desta autora, para quem, em coerência, uma pessoa não pode cuidar

de si própria. É com base no critério de dependência que Engster (2006) sustenta a obrigação de cuidar de animais que sejam dependentes dos humanos. Relativamente aos animais selvagens essa obrigação moral não se coloca, excepto nos casos em que os humanos os tenham tornado dependentes, por exemplo dando-lhes alimento. A dependência cria a obrigação moral de cuidar porque lhes retira a autonomia própria de animais selvagens e o cuidado surge nesse contexto como condição de sobrevivência.

Engster (2007) defende uma concepção de cuidado centrada nas necessidades básicas e na redução do sofrimento considerando que cuidado é tudo o que fazemos para ajudar as pessoas a satisfazer as suas necessidades biológicas vitais, desenvolver ou manter as capacidades básicas, e evitar ou aliviar dor e sofrimento desnecessários ou indesejáveis, para que possam sobreviver, desenvolver-se e funcionar em sociedade (Engster, 2007).

Para Mayeroff (1965, 1971), um importante filósofo desta área, cuidar é ajudar o outro a crescer (*grow*) e a progredir (*progress*). O “outro” neste processo é uma pessoa, uma ideia, um ideal, um objecto (como uma obra de arte), uma comunidade, etc. O cuidado envolve 8 aspectos principais (Mayeroff, 1971):

- Conhecimento – é necessário conhecer as necessidades do outro e ser capaz de dar resposta adequada e nesse processo o cuidador ter noção das suas capacidades (*powers*) e dos seus limites.
- Ritmos alternados – andar para a frente e para trás entre um quadro mais restrito e um mais alargado, focando num detalhe ou numa visão geral, actuando ou não, sempre procurando o resultado dessas acções ou inacções.
- Esperança – baseada numa avaliação das possibilidades reais; o cuidado cria esperança na relação e no resultado, a falta de esperança destruindo o propósito e o empenho.
- Paciência – permitir ao outro crescer a seu modo e no seu ritmo, nos seus próprios termos, dando-lhe espaço; paciência para com o outro e para consigo.
- Confiança – confiar no outro relativamente ao seu processo de crescimento; confiança nos julgamentos enquanto cuidador; envolve correr riscos pois enfrenta-se o desconhecido, o que exige coragem.
- Honestidade – não ser desonesto, estar aberto a si (*being open to oneself*) e aos outros, ver os outros como eles são e ver-se a si próprio como realmente se é, ser genuíno no cuidado, soar verdadeiro.
- Humildade – há sempre algo a aprender, com os outros e com os nossos erros; cuidar leva a uma apreciação efectiva das limitações e capacidades do cuidador.
- Coragem – é necessária coragem já que, como em qualquer relação, trata-se em grande medida de uma jornada no desconhecido que apresenta dificuldades.

O cuidador assume uma postura desinteressada, abnegada, de apagamento de si (*selflessness*) concentrando-se nas necessidades do outro, e nas capacidades próprias de intervenção, no sentido destas se traduzirem numa elevada capacidade de resposta. Mayeroff (1971) valoriza não a intenção mas o resultado. O cuidado só ocorre quando o ser cuidado mostra sinais de melhoria de desenvolvimento e de crescimento. Cuidar representa um processo de ajudar o outro a crescer e realizar-se num contexto de mútua confiança e de aprofundamento e transformação qualitativa da relação. Cuidar é um processo que se desenvolve nos dois sentidos. Só quem compreende e valoriza o que é crescer, que entende e procura satisfazer as suas necessidades para crescer, pode compreender devidamente e valorizar o crescimento no outro; porque cada um relaciona-se com os outros da mesma forma com que se relaciona consigo. Cuidar do outro implica ser capaz de entendê-lo, de entrar no seu mundo e ficar aí com ele, para entender de dentro como é a vida para ele, como a vê, como se vê, e o que necessita para crescer. Em síntese, cuidar implica uma posição de empatia. E no cuidar o cuidador cresce também como ser humano e realiza o seu potencial. Por isso, para Mayeroff (1971), cuidar tem um papel tão importante nas nossas vidas.

Tronto (1994) desenvolve também uma visão abrangente, incluindo no âmbito do cuidar tudo o que fazemos para manter, conter e reparar o nosso “mundo”, para que possamos viver nele o melhor possível. Esse mundo inclui os nossos corpos, nós (*ourselves*), e o nosso ambiente (Tronto, 1994). Este mundo é pois alargado e inclui os sistemas ecológicos e não exclusivamente os animais que pertencem à nossa realidade imediata (de companhia ou domesticados e criados para a alimentação ou outros fins) ou os animais globalmente¹.

Os filósofos da ética do cuidar têm uma importante componente feminina (Annette Baier, Carol Gilligan, Eva Kittay, Joan Tronto, Nel Noddings, Sara Ruddick, Virginia Held, entre outras) o que é coerente com a ideia de que as mulheres têm uma visão particular do mundo e das relações interpessoais, sendo consideradas mais empáticas e emocionalmente ligadas aos outros. Nesse sentido seriam mais vocacionadas para serem cuidadoras e reflectirem sobre essa condição e sobre o processo de cuidar. Noddings (1984) desenvolve a ideia do cuidar como uma ética feminina e no geral estas pensadoras valorizam o poder transformativo do cuidar e as suas dimensões racionais e emocionais. Algumas autoras têm uma perspectiva feminista e estendem as suas reflexões ao não-humano (Noddings, 1984; Manning, 1992, 1996; Kheel, 2008). Subjacente a esta ligação está

1 Este é um objecto privilegiado da reflexão ética que levou à constituição de uma ética dos animais (sobretudo preocupada com as questões morais relativas às condições de criação, utilização em experimentação, morte e consumo alimentar), assunto que não se pretende abordar neste texto.

a ideia de que os esforços por um mundo mais equilibrado (contra a lógica do poder e da dominação) se jogam no plano das relações entre mulheres e homens e também no plano das relações entre humanos e não-humanos, o que levou ao eco-feminismo (Eaubonne, 1974). Kheel (2008), eco-feminista, explora mesmo a relação entre feminismo, causas dos animais e ética ambiental.

Cuidado liga-se a consciência de, preocupação com, atenção relativa a, ser sensível a. É uma posição assumida num quadro psicológico ou moral, atitude e não acção mas que abre essa possibilidade. Estar em *cuidado-com* é o oposto de indiferença, desinteresse, apatia, cinismo. Este *cuidado-com* distingue-se da acção concreta com *propósito*, da intervenção em benefício de outros entes, que resulte em satisfação das respectivas necessidades, em alívio de desconforto, em auxílio para manutenção ou melhoria de estado ou condição – o *cuidado-de*. O gesto do cuidado-de pode surgir na sequência da atitude do cuidado-com, mas não há necessariamente uma relação de causalidade.

Embora seja uma interacção que se desenvolve nos dois sentidos, com um retorno para o cuidador, o cuidado-de tem uma natureza assimétrica. Do lado do cuidador, há conhecimento e capacidade com base nos quais é construído o poder e, do lado do ente cuidado, fragilidade que se traduz em necessidade e dependência. Dois aspectos essenciais emergem desta assimetria. Em primeiro lugar, precisamente porque essa relação é assimétrica, surge a responsabilidade e obrigação de quem detém o poder para com o ente dependente. Em segundo lugar, cuidar é uma relação de poder mas em que o objectivo não é a dominação do ente cuidado; pelo contrário, o objectivo é a melhoria desse ente, uma intervenção no interesse deste que assim se desenvolve com um poder que não é seu mas que age em seu proveito e é isso que confere ao acto de cuidar um carácter muito particular. Quando o detentor do poder não age no interesse do ente recipiente, por estar norteado por interesses outros que não os deste ou por não os identificar correctamente, ocorre uma disfunção do processo. Nessa situação o poder não se traduz em cuidado-de mas em dominação.

SER CUIDADO CUIDAR DE SI CUIDAR DE

Como em tantos outros aspectos da vida, o cuidado tem origem na relação dos progenitores com a descendência. Nas espécies em que há cuidados parentais, estes constituem a primeira experiência fundamental das crias. Os cuidados dos progenitores satisfazem as necessidades biológicas básicas, protegem de ameaças e, nas espécies mais evoluídas, criam um vínculo com especial significado. Ser cuidado é condição de sobrevivência relativamente às necessidades mais básicas mas reflecte-se também no plano do conforto e do bem-estar.

No período de dependência, os cuidados parentais são de importância vital mesmo no caso de espécies precociais ou nidífugas, em que as crias nascem completamente formadas, mostrando logo actividade e capacidade de se deslocarem. Mesmo esses têm um elevado grau de dependência em termos alimentares, de protecção e de conhecimento do mundo, dos seus perigos e oportunidades. A intervenção cuidadora dos progenitores, e eventualmente também de outros parentes ou elementos do grupo, é necessária e é condição de sobrevivência. No caso das espécies altriciais ou nidícolas, i.e. que nascem num estado de total dependência, em muitos casos não completamente formadas, a necessidade de cuidados é absoluta. As crias da espécie humana nascem completamente formadas mas com um grau de dependência típico das espécies altriciais.

A situação de autonomia significa que deixa de ser cuidado-por para passar a cuidar-de si próprio e eventualmente também dos descendentes. O cuidador é ele próprio o objecto do cuidado, coincidindo assim sujeito-cuidador e objecto-cuidado. O cuidador começa por cuidar de si próprio. A sobrevivência é o resultado de um processo de cuidado próprio, logo que o indivíduo sai da fase inicial de dependência, atinge o estado de autonomia e está em condições de autonomia.

O ter sido cuidado leva cada um ao entendimento de que, tal como foi cuidado, deve assumir agora a obrigação de cuidar de outrem, numa espécie de simetria receber-dar. A capacidade de cuidar é em grande medida resultante da experiência de ter sido cuidado, i.e., o modo como se foi cuidado influencia a capacidade de se ser cuidador.

O auto-cuidado permite ao indivíduo sobreviver satisfazendo as respectivas necessidades, entender o que é bom e o que é mau, o que é benéfico ou prejudicial, o que cria bem-estar ou traz sofrimento. Adquire consciência da própria fragilidade e vulnerabilidade e da impossibilidade de sozinho se realizar. E nesse processo identifica-se com todos os outros, vendo a condição deles como idêntica.

Num sentido alargado da ideia de cuidar, a incompletude individual em todas as suas dimensões necessita da intervenção dos outros para que seja possível atingir um nível de satisfação e realização. De algum modo, qualquer pessoa se encontra frequentemente numa situação de dependência e necessitada da intervenção auxiliadora de outros. Nesse sentido, no quadro vasto das relações humanas e qualquer que seja o contexto, um gesto positivo de alguém (detentor de poder e capacidade) para com outro ente, fragilizado e necessitado ou melhorando com esse gesto, tem a marca do cuidado.

São as experiências essenciais de se ter sido cuidado e de cuidar de si que abrem os seres humanos ao mundo, olhando-o de forma empática (i.e. com identificação, colocando-se no lugar dos outros) e cuidando dele, seja parcialmente (indivíduos, populações, ecossistemas) ou globalmente (a ecosfera).

RELAÇÃO COM A NATUREZA: DESPOTISMO VERSUS CUSTÓDIA

Segundo muitas narrativas de criação e de origem, o homem foi posto na terra que para ele fora anteriormente criada. A terra assume assim um carácter instrumental, e os recursos que possui existem para os humanos deles usufruírem. A natureza desta relação afigura-se relevante na reflexão sobre o cuidado.

A Bíblia, no Genesis 1:28, refere que Deus criou o homem e a mulher e disse-lhes “Sede férteis e multiplicai-vos; povoai a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem sobre a terra”. Há um mandato de domínio explícito marcado pelos imperativos “sujeitai” e “dominai”. Para o historiador Lynn White, Jr., o Judeísmo-Cristianismo, ao defender a superioridade dos humanos sobre os outros seres vivos e ao dessacralizar e instrumentalizar a natureza para uso humano, encorajou a sobre-exploração da natureza (White 1967). Esta ideologia abriu o caminho para uma exploração sem restrições da natureza e a própria ciência ocidental foi “moldada na matriz da teologia cristã” herdando a “arrogância cristã para com a natureza”, e apenas algumas correntes minoritárias, como a de São Francisco de Assis, se opuseram a esta tradição antropocêntrica (White 1967).

A ideologia judaico-cristã é assim para White (1967), em grande medida “culpada” pelo esgotamento de recursos e pela crise ambiental contemporânea. Esta posição foi muito discutida, mesmo no plano filosófico (Whitney, 1993), tendo gerado uma natural controvérsia. Esta ideia de *Despotismo*, encontra-se igualmente em Aristóteles para quem a natureza existe para uso humano, sendo os seres humanos os únicos seres com valor intrínseco e os restantes tendo valor instrumental, destinando-se a ser utilizados em benefício dos humanos.

Num breve à parte, duas notas se colocam sobre esta questão. Será o homem da idade moderna e contemporânea tão profundamente determinado pelo discurso religioso, a ponto de podermos acreditar nessa relação de causa-consequência? Por outro lado, não deixa de ser estranho que na 2ª metade do século 20 se coloque a ênfase numa narrativa com mais de dois milénios desvalorizando implicitamente o que aconteceu nos últimos quatro séculos, concretamente na Idade Moderna e Iluminismo. Dir-se-ia que as concepções que trouxeram sobre o homem e o mundo, e o desenvolvimento científico-tecnológico e económico, estão mais directamente associadas ao desencantamento-dessacralização da natureza e à resultante dimensão instrumental do que os textos do Antigo Testamento. Para os pensadores da modernidade, a ciência e a tecnologia poriam fim a uma visão interrogativa e angustiada da natureza, ligada à incompreensão e ao temor, e o domínio do mundo natural possibilitaria a libertação da humanidade, assim emancipada da condição de prisioneira da natureza.

Hoje vemos a transformação-degradação da natureza sobretudo como obra do homem contemporâneo, embora a destruição dos ecossistemas naturais na Europa tenha tido início com a revolução agrícola do neolítico.

A posição de Lynn White, independentemente da reacção que suscite, marca bem a ideia de despotismo que alguns encontram no Cristianismo e nas outras religiões do Livro. Mas no texto bíblico surge também uma ideia oposta, a da obrigação de cuidar da obra de Deus. A humanidade seria depositária e guardiã desse património, o que remete para uma ideia de *Custódia* como obrigação teologicamente definida.

PODER DOMÍNIO RESPONSABILIDADE

Tudo se joga no fundo entre estas duas concepções: dominar e utilizar sem restrições ou cuidar (ser respeitoso, cauteloso na utilização dos recursos, atento às consequências dos actos). Na realidade, a utilização dos recursos não tem que ser inconciliável com a obrigação de custódia. Mesmo mantendo esta concepção instrumental da natureza – recursos para fruição humana – estes recursos, renováveis em grande medida, devem ser geridos de modo a não comprometer a exploração futura. A concepção de uma natureza para uso humano não anula a obrigação de custódia.

Fora do quadro religioso, tende a formar-se hoje um entendimento e uma consciência de que a humanidade, cada geração, cada ser humano é usufrutuário e guardião (ver ponto seguinte).

Ao longo da história assistiu-se a uma forte alteração na relação entre espécie humana e natureza. Durante muito tempo a visão da natureza incorporava uma dualidade: a natureza tinha uma dimensão caótica, ameaçadora, destruidora, tornando a existência humana vulnerável, mas também protectora, a natureza que cuida dos humanos tornando-lhes a vida possível. Contrariamente, a situação actual é de uma natureza modelada para proveito humano e simultaneamente fragilizada e em risco, constituindo nesse sentido um objecto de responsabilidade. Com efeito, apesar de uma enorme capacidade de resistência e resiliência, a natureza evidenciou na segunda metade do séc.20 a sua vulnerabilidade. Assim, encontrando-se sob domínio humano, tal implica a obrigação de manter com a natureza uma relação de responsabilidade, como defende Jonas (1979). O homem, sujeito consciente, detém o poder sobre a natureza e por isso deve assumir a responsabilidade dela. Na reflexão sobre a relação entre os humanos e a natureza, a responsabilidade é um conceito chave para Jonas (1979) e esta responsabilidade reflecte-se numa atitude respeitosa, cuidadosa para com ela, acautelando o respectivo futuro, e na intervenção de recuperação, correcção, melhoria, manutenção, i.e. de cuidado.

Kant (1758) formulara o imperativo categórico “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Jonas (1979) reflecte sobre os imperativos éticos e propõe um novo: “age de modo a que os efeitos de tua acção sejam compatíveis com a continuidade de uma vida humana autêntica sobre a terra”. Isto significa actuar de forma não destrutiva tendo em vista as gerações futuras e globalmente as respectivas condições de vida. A “vida humana autêntica” implica uma ecosfera não ameaçada, em que todos os seres vivam e se realizem segundo o seu carácter próprio. Jonas (1979) argumenta que a natureza é um objecto de responsabilidade e cuidado, e a biosfera não é simplesmente um instrumento para uso discricionário humano mas um fim em si.

MODELOS DE RELAÇÃO DESENVOLVIMENTO – AMBIENTE

Para muitas pessoas, o envolvimento e o sentido de responsabilidade vêm da consciência da perda de ecossistemas, de biodiversidade, da degradação, das alterações climáticas. É o espectáculo da destruição e desaparecimento, e a nostalgia de um mundo pretérito, idealizado, que convocam atenção e cuidado. A perda e o risco de perda interpelam pessoas, instituições e governos. A história deste processo está ligada à evolução das diferentes perspectivas “culturais” no ocidente quanto à relação entre desenvolvimento e ambiente.

1. Desenvolvimento sem restrições (anos 1940 a 1960)

Com o fim da 2.^a grande guerra era necessário converter à vida civil a máquina de guerra americana. Assiste-se ao crescimento e afirmação de uma classe média com um crescente desejo de bem estar, subida de rendimento e consumo. Surgem as periferias que fizeram a imagem mítica da América, com os carros à porta e os novos electrodomésticos dentro. São as grandes áreas comerciais, as enormes infraestruturas viárias, a intensificação da agricultura, a indústria a responder ao consumo, incluindo a indústria alimentar. É preciso criar emprego, crescer, desenvolver, produzir, consumir. O desenvolvimento sem restrições ilustra a ideia de despotismo. A ausência de regras e limitações no plano ambiental levam a degradação ambiental profunda, rios mortos, solos degradados, perda de áreas naturais.

Como em tantos outros processos em que uma acção forte provoca uma reacção igualmente forte, surge como resposta o movimento da Ecologia Profunda (*Deep Ecology*) (Naess, 1973). Este vai depois influenciar todos os movimentos chamados ambientalistas ou ecológicos nos EUA e posteriormente Europa e resto do mundo. O filósofo norueguês Arne Naess, criador da Ecosofia, é a figura mais proeminente do movimento. Influenciado por filosofias orientais, propõe

a destruição da hierarquia antropocêntrica e, em alternativa, um igualitarismo biosférico em que todos os organismos possuem valor intrínseco, o ecocentrismo (Naess, 1973)².

Este período é fortemente marcado pela obra *Silent Spring* de Rachel Carson (1962) que expõe as consequências dramáticas para o ambiente da utilização em larga escala de pesticidas na agricultura de escala industrial. Este livro tem um grande impacto na opinião pública e na classe política americana (com relevo para J.F.Kennedy) e leva à criação de legislação ambiental nos EUA e, posteriormente, na Europa.

2. Protecção ambiental (anos 1960)

Na sequência da obra de Carson (1962) e da evidente degradação ambiental, impunha-se definir limites aos impactos das actividades industriais e agrícolas. A legislação criada é expressão da preocupação (cuidado-com) duma sociedade, e traduz a vontade colectiva de acautelar, impedir ou minorar a degradação face às pressões das actividades humanas. Reduzir pressões para evitar ou minorar a degradação e permitir a recuperação da natureza, o que constitui uma forma de cuidado.

3. Gestão de Recursos, princípio “quem estraga, repara” (anos 1970)

É neste período lançado o relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento (Meadows, Meadows, Randers, & Behrens, 1972) que constitui um documento marcante sobre os limites ecológicos dos crescimentos económico e demográfico. Nele se apresentam simulações sobre estes crescimentos e a relação com a exploração dos recursos naturais.

Surge a consciência de que os recursos renováveis não podem ser sobre-explorados, ou seja a taxa de exploração dos recursos não deve ser superior à taxa de renovação. A água, que ilustra bem os problemas da sobre-exploração, foi uma das causas ambientais da década.

Este período é marcado pela atribuição de valor económico aos recursos e surge o princípio do poluidor-pagador que significa que quem degrada é responsabilizado e obrigado a pagar a recuperação para repor o estado anterior.

2 Estas ideias estão na origem de uma das utopias do sec.20 (um século particularmente fértil em utopias), a utopia ecológica. Esta ecotopia liga-se a ideias e movimentos iniciados nos E.U.A e que marcaram as décadas de 1960 e 70: um neo-arcadianismo, com o regresso a uma vida mais simples e natural, com o elogio da ruralidade e a recusa da vida urbana, e o *flower-power*, que defende valores alternativos aos do *american-way-of-life*, a não violência e a resistência passiva perante a escalada da intervenção americana no Vietnam.

4. Acautelar o futuro, sustentabilidade (desde anos 1980)

Surge a ideia de que os problemas ambientais têm relevância transgeracional sendo *leitmotiv* “... o mundo que vamos deixar aos nossos netos”. Já muito antes um provérbio atribuído a índios da América do Norte afirmava que “não herdamos a terra dos nossos antepassados, pedimo-la emprestada aos nossos filhos”, o que sob outras formas surge em tantas culturas tradicionais nos vários continentes, traduzindo uma sabedoria ancestral sobre os cuidados na relação com a terra.

Em 1987 é lançado o chamado relatório Brundtland, Our Common Future (WCED 1987), que explora a relação entre crescimento económico, exploração de recursos naturais, pobreza e problemas ambientais. São identificados os problemas que comprometem a saúde e segurança da humanidade e o equilíbrio ecológico global e estabelecidos objectivos para inverter a situação. O lançamento do relatório foi precedido por duas catástrofes ambientais e humanas que marcam este período: a libertação de gases tóxicos de uma fábrica de pesticidas em Bhopal (Índia) em 1984, que causa a morte de milhares de pessoas, e o acidente da central nuclear de Tchernobyl (Ucrânia) em 1986 que matou e continua a matar um número indeterminado de pessoas e a afectar o ambiente e os ecossistemas.

Surge neste período a preocupação com o futuro e a necessidade das acções de hoje não comprometerem a utilização dos recursos e a saúde da ecosfera amanhã. A sustentabilidade envolve a integração dos princípios ecológicos e económicos nas políticas de desenvolvimento. A sustentabilidade está hoje muito focada no CO₂ emitido, na redução dos consumos de energia e particularmente de energias fósseis mas a sustentabilidade envolve todos os aspectos da vida das sociedades e da ecosfera. Tudo o que se liga à utilização de recursos e à produção de detritos, i.e. à pegada ecológica.

Estamos hoje num momento da história em que se procura algum equilíbrio entre, por um lado, desenvolvimento-crescimento económico, consumo e prosperidade material e, por outro, sustentabilidade dos recursos, protecção ambiental e conservação da natureza. Claro que para muitos governos a sustentabilidade é mais um chavão de propaganda do que propriamente um objectivo e há os que assumem uma posição contra esta concepção reconciliadora, por diferentes motivos.

ESTADIO CULTURAL INTEGRAÇÃO RELAÇÃO COM A NATUREZA

A atitude para com a natureza depende fortemente do grau de integração nela e da natureza da relação que com ela se constrói.

Os **caçadores-colectores** não encaram a natureza como entidade a que são estranhos. Fazem parte da natureza de forma plena. Integram-se nas teias tróficas como as outras espécies, estão dependentes e vivem segundo os ciclos naturais, dispõem de uma tecnologia simples e de limitado alcance que não

os diferencia muito de outros predadores e consumidores primários, vivem exclusivamente do que lhes proporcionam os ecossistemas em que se integram. São uma espécie entre milhões de outras³. Uma espécie que é produto, como as outras, dum percurso evolutivo. Como as outras com um corpo constituído por energia, carbono, hidrogénio, oxigénio, e pouco mais⁴, que necessita, como os outros animais, de água, alimento, abrigo, área (espaço), os 4 AA, e também energia para fins não metabólicos. Indivíduos de uma espécie que necessita e por isso explora, localmente e com tecnologia simples, recursos provenientes dos ecossistemas naturais.

A sobrevivência e o bem-estar deste *Homo naturalis* dependem da manutenção da integridade do sistema que o suporta. Poder-se-á considerar que apenas se preocupam em garantir a sobrevivência, sem reflectirem sobre as consequências da intervenção sobre o ecossistema, e não tendo portanto um sentido de finalidade cuidadora. Sim, o objectivo central de um caçador-colector é a satisfação das necessidades básicas. Mas têm consciência de que o desaparecimento ou degradação dos ecossistemas de que dependem afectaria a respectiva capacidade de sobreviver e nesse sentido são guardiões desses ecossistemas. A tecnologia simples de que dispõem também não lhes possibilita uma elevada pressão de exploração dos recursos o que se traduz, na prática, numa atitude conservativa. Mas esses povos evidenciam sabedoria em matéria de exploração cautelosa dos recursos renováveis, traduzindo a preocupação, o cuidado em não sobre-explorar os recursos de que dependem. O consumo individual de recursos em sociedades de caçadores-colectores é apenas 3kg/dia, enquanto que nas agrícolas é 11kg/dia e nas industriais sobe para 44kg/dia (Friends of the Earth Europe et al. 2009, com base nos dados de Fischer-Kowalski et al. 1997).

Em muitas culturas tradicionais esta preocupação e sabedoria estão consagradas como regras e interditos que se traduzem numa exploração sensata (que se pode manter sem inviabilizar nem empobrecer o sistema, sem comprometer o uso futuro, sustentável), como caçar uma determinada espécie unicamente num certo período. Os que não tiveram essa atitude de cuidado desapareceram, como a história humana e ecossistémica da Ilha de Páscoa tão bem ilustra.

Os agricultores que praticam uma agricultura mais tradicional estão ligados a um sistema que é uma criação humana mas mantém uma relação directa com os

3 Cerca de 8, 7 milhões ($\pm 1, 3$ milhões SE) para uns (Mora, Tittensor, Adl, Simpson, & Worm, 2011), 3 a 100 milhões para outros (May, 2010) ou mesmo algo da ordem de 1 bilião (10^{12}) (Kenneth, & Lennon, 2016).

4 Esta afirmação não significa concordância com uma concepção mecanicista da vida; não se nega que um organismo não coincide com a respectiva constituição material.

sistemas vivos. Numa exploração agrícola tradicional, sendo embora um sistema gerido numa perspectiva de produção, o agricultor constrói uma relação especial com a terra e com os seres que dela crescem. A sua intervenção segue em grande medida os processos naturais, actua para potenciar o crescimento/desenvolvimento dos organismos, cuida do solo, conservando-o e melhorando-o, conhece as plantas e os animais que cria, sabe das respectivas necessidades e nessa co-existência permanente e ligação profunda ele torna-se parte. O *Homo ruralis* é cuidador – o sistema agrícola só se mantém pelo seu cuidado e sem ele transformar-se-ia nalgo muito diferente. A sobrevivência desse sistema com determinadas características significa a sobrevivência dele, agricultor, dando expressão a uma ideia de reciprocidade, de quase simbiose, em que ambos os componentes são beneficiados com a associação. O agricultor vê os frutos que colhe como frutos do seu esforço cuidador, justificando e recompensando esse cuidado.

Por outro lado, o *Homo faber* que fabrica instrumentos para diminuir o esforço e elevar a eficácia na intervenção sobre o meio e na obtenção de recursos, transforma-se em *Homo technologicus*. Filho da revolução urbano-científico-industrial, gradualmente afastou-se da natureza, dela se desligando funcionalmente e colocando-se à parte. O *Homo technologicus* já não tem os pés na terra, nem a percepção dos ciclos naturais e dos processos de nascimento e morte, renovação, construção e decaimento. Perdeu por isso o sentido de uma autenticidade que nasce da relação com o mundo natural. A acção sobre o meio já não é realizada à força de braço associado a instrumentos simples, uma intervenção de escala humana. Braços e pernas têm agora longas próteses tecnológicas e esse corpo estendido afastou o homem do real e deixou-o des-ligado, des-integrado, isolado numa bolha, sem uma relação directa, física, com a envolvente. A relação com o mundo é mediada e há uma dissociação entre decisor, executor, e consumidor. O *Homo technologicus* já não caça com setas e força de braço, nem anda pelos próprios pés, não trabalha o solo nem colhe frutos, tubérculos e grãos com as mãos. Não procura nem carrega água nem lenha. Eficaz e silenciosamente os alimentos vão ter à loja mais próxima ou a casa com um clic, a água às torneiras, a electricidade às tomadas. O azeite não diz do tipo de olival donde veio. A cadeira não fala do que aconteceu à floresta. E a água que corre na nossa torneira não fala em nome do rio donde veio e que sem ela ficou. Tudo se toma por adquirido; tudo vem ter com os consumidores, tudo surge como que liberto das incertezas e do esforço da natureza e dos homens.

O *Homo consumus* não se interroga sobre as origens e as circunstâncias do que utiliza. A vida tornou-se profundamente abstracta e des-enraizada do mundo material. Por isso também não mede as consequências dos comportamentos individuais ou civilizacionais – donde tantas disfunções. A eficácia das indústrias

extractivas, a produção em massa, a mecanização e a automatização, a industrialização da agricultura, tudo isso permite a uma grande parte da população mundial viver e trabalhar em cidades e ter um acesso (físico e económico) facilitado a uma infinidade de bens de consumo. Desconectado da realidade imediata, perdeu o sentido das consequências, do que está por detrás dos respectivos programas de consumo⁵.

A exploração desajustada de recursos e as pressões exercidas sobre a natureza levam à degradação e perda de integridade desta e à necessidade de intervenção reparadora, restauradora. À necessidade de cuidados. Mas há que distinguir diferentes categorias de “natureza” e distintas necessidades e tipos de intervenção.

NATUREZA – NATUREZAS

Em função do grau de intervenção humana, e numa sistematização simples, podem-se distinguir diferentes naturezas.

Os ecossistemas naturais são o resultado sobretudo de factores ambientais naturais, sendo a intervenção modeladora humana reduzida ou nula, se tal é ainda possível numa ecosfera tão profundamente marcada pela nossa espécie. A categoria “natural” não significa que estejam isentos de pressões antropogéneas. Os que, no limite, não sofram quaisquer pressões correspondem ao estado de intocado ou prístino. Num planeta tão profundamente ocupado e afectado pelas actividades humanas, é evidente que são raros os ecossistemas nesse estado. Os puristas dirão mesmo que são inexistentes já que não há região no planeta que não sofra algum grau de impacto humano.

Quando em estado saudável, esta natureza-natural tem capacidade de se manter e eventualmente evoluir seguindo as dinâmicas naturais. Não necessita de ser cuidada porque possui íntegros os mecanismos naturais capazes de manter a sua configuração e a capacidade de resposta perante perturbações, naturais ou de origem humana, até um determinado nível. Mas se estes ecossistemas estiverem submetidos a pressões antropogéneas intensas, a respectiva estrutura ir-se-á alterar, e ficarão num estado de degradação. Essa situação justifica a intervenção cuidadora, para melhorar a saúde do sistema e o estado de integridade.

5 Esta visão, excessivamente geral e abstracta, tende a atribuir responsabilidade à humanidade, como se esta fosse um todo coerente, e a cada indivíduo, em particular aos das sociedades industrializadas. Mas claro que não se pode ignorar que há interesses particulares, sistemas económicos com a sua lógica própria, accionistas e lucros, mercados, responsáveis políticos que querem as economias a crescer, consumidores em número crescente e crescentemente exigentes e uma outra parte da humanidade que nada tem a ver com essa realidade.

Os ecossistemas semi-naturais resultam de uma profunda alteração humana, geralmente com propósitos de produção, dando origem a sistemas que são meio-naturais e meio-construídos. A estrutura, o funcionamento e a dinâmica do sistema natural original são fortemente alterados mas subsiste uma importante componente natural que lhe confere um carácter próprio. É, por exemplo, o caso do montado em que a intervenção humana tem por objectivo elevar a produtividade e o usufruto humano do sistema, introduzindo numa “matriz florestal” uma componente agrícola e de pastorícia. Esta semi-artificialidade exige intervenção humana já que sem ela o sistema tenderia a retornar à configuração natural. No caso do montado, ocorreria a reinstalação da vegetação herbácea e arbustiva natural e a densificação da componente arbórea. Mas deveremos considerar essa intervenção como cuidadora? Ou trata-se apenas uma acção de controlo para manter as alterações introduzidas no sistema, i.e. o grau de artificialidade que aí foi criado? A intervenção tem como objectivo a manutenção de condições favoráveis para os organismos que integram essa comunidade, permitindo o desenvolvimento e produtividade de todos eles, a saúde global e a perenidade do sistema, maximizando as suas capacidades no quadro da alteração efectuada pelo homem. Nesse sentido constitui um cuidado.

Os ecossistemas artificiais são uma construção humana. Há a distinguir os que constituem um objectivo em si mesmo, tendo sido pensados para cumprir determinadas funções, e os que são consequência não intencional de uma acção humana não constituindo o objectivo dessa acção.

No primeiro caso temos os ecossistemas de substituição como os agrícolas ou parques e jardins, entidades construídas pela mão humana tendo em vista determinados usufrutos – produção, recreio ou ambos. Não existe o propósito de criar um sistema natural mas um parque pode ser projectado com o objectivo de mimetizar um sistema natural, reduzindo-se assim, se em equilíbrio com as condições naturais, as intervenções de manutenção. Com efeito, se esse ajustamento às condições locais e a mimetização (o *como-a-natureza*) tiverem sido conseguidos, os processos naturais asseguram em grande medida a manutenção e a evolução natural do sistema, quase como se de um natural se tratasse. Por isso por vezes a fronteira entre estas categorias é ténue. No geral, são sistemas em que se pretende manter uma determinada estrutura e, no caso da agricultura e dos sistemas mistos, também uma elevada produtividade e que sem controlo, sem intervenção humana direccionada e contínua, perderiam as características com que foram e para que foram criados. São pois sistemas controlados e a intervenção humana é dirigida para o bem-estar, crescimento e produtividade dos organismos e também para o equilíbrio e saúde da comunidade em que se integram. Uma intervenção com apenas propósitos estéticos não constitui cuidado,

embora muitas acções cuidadoras num jardim ou parque, além da componente estética, possam ter consequências no plano da melhoria do estado dos organismos e do funcionamento do conjunto destes, e também no plano estético.

O segundo tipo diz respeito aos ecossistemas artificiais que resultam de uma acção humana, tipicamente de exploração ou uso de recurso, não sendo a criação desse ecossistema o objectivo dessa acção. É o caso, por exemplo, de um canal de rega ou de um lago artificial criado por uma barragem. Ao surgirem estes meios aquáticos, e em função das respectivas características, ir-se-ão estruturar ecossistemas com características próprias, fruto de processos naturais e determinados pela condições do meio. Estes ecossistemas ficam subordinados às dinâmicas próprias e para subsistirem não dependem de intervenção humana já que não são sistemas controlados. A artificialidade está na génese e na forma de gestão, que está subordinada ao objectivo que os originou, e não no carácter de criação humana intencional e de características pre-definidas, como um sistema agrícola ou um jardim. No caso dos sistemas aquáticos referidos, a intervenção cuidadora teria como objectivo evitar a degradação (ver ponto seguinte) e atingir um bom estado face ao potencial desse sistema, com as características e o uso para que foi criado (no caso dos ecossistemas aquático é esta a perspectiva da Directiva-Quadro da Água da União Europeia, DQA, 2000).

RECUPERAR MELHORAR PROTEGER MANTER GERIR – CUIDAR

Na área da conservação da natureza e do ambiente são diversos os objectivos das acções executadas. A análise dos vários tipos de procedimentos pode ajudar a reflectir sobre as diversas formas do cuidar da natureza, a sua lógica e o seu carácter.

Restauo ecológico é o processo de auxílio à recuperação de um sistema que foi degradado ou destruído. É uma actividade que inicia ou acelera a regeneração do ecossistema relativamente à integridade e funcionamento. O objectivo desta intervenção é recriar um ecossistema tão próximo quanto possível do originalmente existente no local, antes da ocorrência da degradação, quanto a espécies, estrutura da comunidade, produtividade. Implica geralmente o conhecimento da (de uma) situação anterior que constitui a chamada situação de referência, i.e. a situação objectivo que deve nortear a intervenção de restauro. Mas isto coloca imediatamente um conjunto de questões: em que consiste essa situação de referência? É a situação pré-perturbação? Mas que pré-perturbação? A de um passado recente? A anterior à industrialização, à mecanização da agricultura e à utilização de fertilizantes industriais e fito-fármacos? A anterior à revolução agrícola? e qual delas, a do neolítico? Anterior mesmo à presença humana, prístina? E, com as alterações climáticas que têm ocorrido nas últimas décadas e séculos,

queremos reconstruir ecossistemas com comunidades iguais ou semelhantes às do passado, quando muitas dessas espécies já não estão adaptadas às condições climáticas actuais nessa região? No limite não significará isto que já não se está a recriar uma natureza *ajustada*, em equilíbrio e capaz de se manter pelos próprios meios, mas sim uma determinada concepção dela que construímos? Um ecossistema *como-o-do-passado*, incapaz de se auto-manter com essa estrutura significaria que a intervenção não cumpriria o propósito de sustentabilidade do sistema que constitui o objectivo de restauro (um sistema forte, que persista autonomamente, auto-sustentável, com capacidade de resistência e resiliência). No fundo, já não se trataria de um sistema natural mas, no limite, de um artificial, uma recriação arqueológica, construção mimetizando uma suposta realidade pretérita e dependente da intervenção humana para persistir (ou na tentativa de persistir). Entregue aos processos naturais esse sistema iria transformar-se e adquirir uma outra estrutura, ajustada às condições do presente.

Regeneração natural (espontânea) é uma intervenção que se limita a eliminar os factores de degradação (pressões) possibilitando a resposta do sistema na reposição do estado anterior do ecossistema. Pressupõe que o sistema ecológico tem ainda capacidade de resposta, i.e. a degradação não inviabilizou a capacidade de recuperação, de resiliência, e as espécies que daí tenham desaparecido irão pelos mecanismos naturais de dispersão recolonizar e reintegrar-se na comunidade. Trata-se de deixar o sistema reagir pelos seus próprios mecanismos, livre dos constrangimentos que lhe foram impostos.

Regeneração assistida é uma intervenção mais profunda. Neste caso a intervenção é activa, i.e. não só são eliminados os factores de degradação como são executadas acções complementares de modo a possibilitar ao ecossistema adquirir capacidade de resposta e reagir e recuperar a estrutura e funcionamento anteriores. Consiste num processo menos intensivo do que o restauro ecológico já que nos ecossistemas sujeitos a regeneração o nível de degradação não é tão profundo e o sistema natural possui ainda alguma capacidade de resposta.

Reabilitação consiste em acções directas ou indirectas que possibilitem o restabelecimento das funções do ecossistema em situações em que o restauro ecológico não é possível ou pretendido, sendo o objectivo da intervenção que o sistema proporcione bens e serviços ecológicos. Não é reposto o ecossistema nem a diversidade específica original mas, na medida do possível, as características estruturais do sistema, os processos, serviços e produtividade são restabelecidos. Trata-se portanto, comparativamente aos tipos anteriores, de uma intervenção com um objectivo menos ambicioso que consiste em atingir um estado de menor qualidade.

Remediação (remediation) é uma designação geralmente aplicada na correcção de situações de forte poluição ou contaminação, de solução complexa e/ou demorada, por exemplo em solos ou águas subterrâneas. O objectivo é geralmente reduzir os riscos para a saúde humana e para o ambiente. O propósito da remediação é mais resolver um problema ambiental do que conservar a natureza. Por vezes o conceito é aplicado de um modo mais abrangente, em acções em que o objectivo é fazer o que for possível na correcção ou melhoria de uma situação ambientalmente grave.

Mitigação é consolo, alívio, abrandamento, atenuação, acto de tornar menos penoso, diminuição de consequências negativas. Geralmente considera-se que o objectivo deste tipo de intervenção é compensar uma perda. A perda de um ecossistema é compensada pelo restauro, melhoria ou criação de outro(s) semelhante(s). Deste modo, no balanço, não há perda de área desse tipo de ecossistema. É por vezes incluído nas medidas compensatórias de determinados projectos ou acções que implicam a perda de um determinado ecossistema ou parte dele.

Melhoria (enhancement) diz respeito a uma intervenção num ecossistema que se encontra em bom estado mas com determinadas acções pretende-se melhorá-lo. Não se trata portanto de recuperar de um estado degradado. É o caso de intervenções num ecossistema para aumentar a disponibilidade de um determinado habitat, manipular componentes ambientais, ou aumentar ou melhorar determinadas funções. É uma intervenção que pode ter lugar no âmbito da gestão de um ecossistema.

Protecção / manutenção consiste em eliminar ameaças ou pressões, impedir o declínio e perda de integridade com acções no ou a montante do ecossistema.

Gestão é a intervenção continuada para manter ou melhorar o estado do ecossistema ou de parte dele, podendo incorporar acções de melhoria ou protecção/manutenção.

Substituição (reclamation) tem o objectivo de, após cessar a actividade que implicou a destruição prevista do sistema original, por exemplo actividade extractiva (minas, pedreiras), indústria, transportes, intervir no sentido do melhor aproveitamento possível das condições resultantes, criando sistemas naturais, caso seja viável, ou sistemas produtivos ou que desempenhem outros serviços.

Realocação é a substituição de um determinado ecossistema ou parte dele por outro diferente, por exemplo criar uma zona húmida onde antes existia um ecossistema terrestre. A justificação para este tipo de acção prende-se com o facto de o novo ecossistema ser mais raro, importante ou valioso do que o substituído, representando portanto um ganho.

O sentido de cuidar é mais óbvio no restauro, regeneração, reabilitação, melhoria e gestão/protecção/manutenção mas todas as intervenções são um gesto

positivo na construção, reposição ou melhoramento de algo com significado em termos naturais e humanos. Mesmo nas situações em que os constrangimentos ambientais são de tal modo elevados que apenas se consegue construir um sistema simples, e eventualmente considerado como de reduzido interesse, mesmo assim a intervenção humana criou um sistema vivo onde antes nada havia ou apenas degradação e desolação. Neste quadro de alternativa ao nada, a criação de sistemas vivos constitui em si mesmo um objectivo justificável. O existir como vivo é preferível ao não-existir. O vivo é sempre um ganho porque possui um valor associado. O resultado das diversas intervenções tem um propósito de melhoria, de possibilitar o crescimento e desenvolvimento dos organismos e dos sistemas ecológicos. Ou simplesmente tornar possível a afirmação da vida na sua capacidade de auto-organização e auto-suficiência.

Tradicionalmente a conservação da natureza baseia-se em *reservar* e *restaurar*. Isto significa não utilizar áreas prístinas ou com reduzidos impactos para manter esses ecossistemas em estado natural com a biodiversidade que suportam e, por outro lado, restaurar, reabilitar ou de algum modo melhorar áreas com impacto humano devolvendo-as ao estado natural ou ao melhor estado possível. A Ecologia da Reconciliação (Rosenzweig 2003) baseia-se na ideia de que não existe suficiente área de ecossistemas naturais para manter toda a biodiversidade da terra pelo que o sucesso desta estratégia é limitado. A proporção de áreas alteradas pelo homem é elevadíssima e há por isso que promover a manutenção da biodiversidade utilizando também os espaços fortemente alterados pelas acções humanas. O objectivo é assim conciliar o uso humano do espaço com a conservação da biodiversidade. Cuidar de populações e associações específicas mesmo no quadro de sistemas ecológicos artificiais ou profundamente alterados pelas acções humanas: um gesto de pragmatismo conservacionista.

SOMOS AS RELAÇÕES QUE CONSTRUÍMOS – O CORPO ALARGADO

Os diferentes tipos de acções de conservação da natureza e melhoria ambiental são procedimentos técnicos executados por profissionais e usualmente determinados por decisões administrativas. Mas estas acções não envolvem as dimensões mais pessoais e profundas da experiência de cuidar como se encontra no cuidado de hortas ou pequenas explorações agrícolas e jardins. A distinção entre hortas e jardins não tem fronteira precisa já que os jardins podem ser ou incorporar espaços de produção e as hortas são também espaços de fruição, jardins (*jardin potager, kitchen garden, edible garden*). Horta ou jardim privado são uma parte importante do cosmos pessoal dos horticultores, um pequeno universo que por eles vai sendo construído, de que são responsáveis e cuidadosos, que os ajuda a viver, a ser quem são, que os torna melhores (e o jardim não é

afinal em escala humana uma recriação da natureza, metáfora do mundo como paraíso?).

Construir e cuidar de um jardim ou de uma horta são experiências com grande significado, com uma forte componente emocional envolvida. As narrativas dos hortelões valorizam a importância do cuidar, o gosto e o bem-estar associado: “Gosto de ver as coisas a crescer; a gente trata da terra, trata das plantas e elas crescem” ou “Há alguma coisa mais bonita do que ver uma coisa a crescer? uma planta, uma alface a crescer, um pintainho – não há nada mais bonito do que ver uma coisa a crescer” (Bernardo, 2013a). Os legumes cultivados adquirem personalidade, tornam-se seres próximos alimentados por essa relação, responsivos, e a interação torna-se íntima e poética: “Ando aqui e falo com elas; a planta precisa que falem com ela; se falarmos com ela, ela até *navega*; tudo quer que se fale com ela” (Bernardo 2013a). “O segredo é a dedicação que a gente lhes dá” – o “segredo” é esse poder (feito de conhecimento e capacidade) transformado pela “dedicação” em cuidado.

Este cuidar são relações entre seres, gestos com significado que têm consequências, que alteram o mundo, mesmo que na pequena escala de uma horta ou de um jardim. Produção de alimentos mas ainda construção de satisfação, orgulho, auto-estima, realização pessoal dos cuidadores. Frutos das mãos que mantêm os humanos ligados à terra, à vida material.

Por outro lado, os ambientes naturais ou com elementos naturais constituem uma experiência gratificante com efeitos benéficos nos planos físico e mental (Ulrich, 1981; Kaplan, & Kaplan, 1989; Kaplan, 1995). Esse contacto possui valor restaurativo possibilitando a recuperação de diversas doenças (e.g. Francis, Lindsey, & Rice, 1994; Hewson, 1998; Marcus, Barnes, & Cooper, 1999) e as actividades em espaços naturais traduzem-se na redução dos níveis de stress e na melhoria do bem-estar geral (Knopf, 1987; Relf, 1992; Hartig, 1993). O contacto com ambientes naturais e seres vivos tem efeitos benéficos mas uma relação activa, física, de cuidar de sistemas vivos tem um efeito acrescido. Nesse sentido foram desenvolvidas terapias específicas ligadas a actividades com plantas no âmbito da actividade hortícola ou da jardinagem (e.g. Simson, & Straus, 2003; Mind, 2007). A consciência de que outros seres respondem ao cuidado que lhes é dado, confere ao gesto cuidador um especial significado, melhorando problemas mentais e proporcionando confiança nas capacidades pessoais, satisfação, auto-estima, bem-estar (e.g. Relf, 1992; Simson, & Straus, 2003; Mind, 2007).

A atracção e necessidade da natureza e dos outros seres é o objecto da hipótese da biofilia (Wilson, 1984). Esta teoria sustenta que os seres humanos têm uma sensibilidade e necessidade dos outros seres vivos, devido à longa coexistência, de muitos milénios, com o mundo natural. A biofilia teria a ver com as

ligações inatas que os seres humanos subconscientemente procuram com os outros seres vivos, na base das quais estariam as necessidades biológicas (Wilson, 1984). Os seres vivos são tão importantes que nos sentimos sempre atraídos por espaços naturais ou rurais, por um jardim, por um animal doméstico, uma planta num vaso, pelas árvores que vemos duma janela, escolhida exactamente por isso, ou pelas paisagens que desfilam ao longo da estrada. Somos atraídos pelo vivo, estamos a ele ligados, interessados, e por isso disponíveis para o gesto cuidador.

Somos uma espécie empática que continuamente tece uma rede de afectos. As relações que construímos são um elemento essencial da nossa experiência, possibilitam o nosso crescimento, equilíbrio e bem-estar. Segundo toda uma tradição do pensamento ocidental, viver é estar atento, envolvido, ligado ao mundo. Para Séneca⁶ (2009), o bem é atingido através do cuidado (*cura*), elemento chave no processo de construção do humano, associando-se a solicitude, atenção, consciência, dedicação. O *Da-sein*, ou “estar-aí”, de Heidegger (1925, 1927), representa a experiência humana de estar no mundo através de envolvimento, empenho e participação. Na reflexão heideggeriana, o cuidado ocupa um lugar de relevo. Cita directamente o mito do cuidado de Hyginus⁷ (1535) considerando que o eu humano, outra designação possível para *Da-sein*, tem a marca do cuidado. O cuidado é um elemento central para a unidade, autenticidade e totalidade do eu (Heidegger, 1927). Para Rollo May, que se insere na mesma linha de reflexão, cuidar é o fenómeno constitutivo básico da existência humana, “when we do not care, we lose our being; and care is the way back to being” (May, 1969). Ideia que é retomada por Noddings (1984) quando refere que as relações de cuidado são a base da existência e da consciência humana. Para Mayeroff (1971), cuidar dos outros “forma-nos”, ajuda-nos a dar sentido às nossas vidas, a criar nelas ordem e estabilidade. Cuidar é um processo que oferece, tanto ao cuidador como ao ente cuidado, oportunidade de desenvolvimento. Ao cuidar de outrém eu experiencio o desenvolvimento dele como estando ligado ao meu sentido de bem-estar e à minha realização pessoal. E o cuidado recebido incentiva cada um a cuidar de si próprio e de outros entes. O meu cuidado dos outros contribui para activar o cuidados dos outros por mim, e vice-versa. Entretece-se assim uma rede relacional com efeito propagador.

Viver é estar atento ao mundo e participar de modo atento, sensível, em cuidado-com e empenhado nessa vida global como cuidador, constituindo parte do todo que é a ecosfera. Porque a completude, a realização plena de cada ser

6 Lucius Annaeus Seneca, Córdoba, 4 A.E.C. – Roma, 65.

7 Gaius Julius Hyginus, Valência?, 64 A.E.C – Roma, 17.

humano, só é possível nessa integração numa entidade mais vasta que é o nosso planeta ou o cosmos. *Kosmos* que é também ordem – fazer parte de uma ordem (ou fazer parte para construir uma ordem) mais vasta. Na realidade, é na relação com os outros e no cuidar dos outros, nossos congéneres ou não, que nos afirmamos como seres humanos, que construímos a nossa humanidade, a nossa pertença a uma comunidade de componentes interligados, que se vai transformando ao longo do tempo.

Já em finais dos anos 1940, Aldo Leopold (1949) propunha uma *land ethics* – ética da terra – em que alargava a ideia de comunidade que, além da humana, integraria também as outras espécies e outros componentes como o solo e a água. Nesta ideia de ética da terra o papel do *Homo sapiens* não seria o de conquistador mas o de membro pleno e cidadão desta comunidade e isso implicaria um princípio de respeito pelos outros membros e pela comunidade enquanto tal. Esta visão seria retomada por Naess (1973), na concepção de igualitarismo biosférico e no reconhecimento do valor próprio (intrínseco) de todos os organismos.

O conhecimento actual leva-nos a ver a natureza como uma entidade complexa, que se auto-organiza e auto-regula, capaz de desafiar a nossa capacidade de compreensão. De uma beleza que nos interpela, beleza sensorial mas também estrutural e funcional, *beleza intelectual* (Bernardo, 2013b). Beleza, fragilidade, perda e risco de perda (nestes tempos em que parecem convergir todas as crises para um hipotético ponto de inflexão civilizacional, Bernardo 2010) suscitam hoje uma atitude de forte preocupação, e a consciência da inevitabilidade e da urgência em actuar para reparar e cuidar.

A relação entre os humanos e a natureza é assimétrica já que o poder que a espécie humana tem sobre a natureza colocou-a na condição de dominada e tornou-a frágil. Sendo dotados de consciência, esta condição e estado tornam-nos responsáveis, o que implica a obrigação de sermos guardiões e cuidadores – o dever de custódia. De uma outra perspectiva, surge uma obrigação decorrente da base ética – quem estraga bens comuns é responsável pela reparação: se atribuirmos à “humanidade” a responsabilidade da degradação ambiental e do estado actual da ecosfera, a nossa espécie deve assumir a responsabilidade de recuperar o que foi perdido e restaurar o que foi degradado, repondo, na medida do possível, o estado anterior. Cuidar para recuperar a integridade e funcionalidade da comunidade ecosférica global.

Uma grande comunidade de seres e componentes abióticos interrelacionados e interdependentes constituindo um todo complexo que é a ecosfera. Somos parte desse todo, dessa rede de relações já que não existimos como entidade isolada. Todos os sistemas vivos (organismos, populações, comunidades,...) estão em permanente conexão, permanentemente atravessados por fluxos.

Nenhum organismo sobrevive isolado mas como parte de um rede gigantesca. Como sistemas abertos e não-isolados todos os sistemas vivos estão em permanente troca e em permanente transformação. Em grande medida, somos as relações que construímos, é através delas que sobrevivemos e isso deveria levar-nos a ser mais respeitadores, e a estar mais atentos aos outros seres, humanos e não humanos, à ecosfera. A miríade de conexões de que estamos dependentes significa que o nosso corpo é um corpo alargado que se estende para fora dos seus limites convencionais.

Nesse sentido a ecosfera toda é o nosso corpo, um corpo de que devemos cuidar.

REFERÊNCIAS

- Bernardo, J. M. (2010). Global crisis and the uncertain future. In I. M. Pires, M. Gilbert, & L. Hens (Eds.) *Studies in Human Ecology* (pp. 68-99). Hanoi: Publishing House for Science and Technology.
- Bernardo, J. M. (2013a). *O campo na cidade: as hortas e os hortelões de Lisboa*. in I. Lopes Cardoso (Ed.) *Paisagem Património* (pp. 195-218). Equações de Arquitectura, Porto: Dafne Editora.
- Bernardo, J. M. (2013b). A Natureza, a Ideologia e o Sagrado. In A. Veríssimo Serrão (Ed.) *Filosofia e Arquitectura Paisagista – Intervenções* (pp.143-161). Col. Aesthetica 4, Lisboa: FLUL.
- Bubeck, D. (1995). *Care, Gender and Justice*. Oxford: Clarendon Press.
- Carson, R. (1962). *Silent Spring*. Boston, MA: Houghton Mifflin Co..
- DQA (2000). Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2000 que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L 327/1-72.
- Eaubonne, F. (1974). *Le Féminisme ou la Mort*. Paris: Pierre Horay Editeur.
- Engster, D. (2006). *Care Ethics and Animal Welfare*. *Journal of Social Philosophy*, 37, 521-536.
- Engster, D. (2007). *The Heart of Justice*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Fischer-Kowalski, M., Haberl, H., Hüttler, W., Payer, H., Schandl, H., Winiwarter, V., & Zangerl-Weisz, H. (Eds.) (1997). *Gesellschaft-licher Stoffwechsel und Kolonisierung von Natur*. G+B Verlag.

- Francis, M., Lindsey, P., & Rice, J.S. (Eds.) (1994). *The Healing Dimensions of People-Plant Relations*. Davis: Center for Design Research.
- Friends of the Earth Europe, Global 2000, SIRE (2009). *Overconsumption: our use of the world's natural resources*. Austria: Friends of the Earth Europe, Global 2000, SIRE.
- Hamington, M. (2004). *Embodied Care: Jane Addams, Maurice Merleau-Ponty and Feminist Ethics*. Chicago, IL: University of Illinois Press.
- Hartig, T. (1993). Nature experience in transactional perspective. *Landscape and Urban Planning*, 25, 17-36
- Heidegger, M. (1925/1985). *History of the Concept of Time, Prolegomena*. Tradução de T. Kisiel. Bloomington: Indiana University Press.
- Heidegger, M. (1927/1996). *Being and Time*. Tradução de J. Stambaugh. Albany: State University of New York Press.
- Hewson, M. L. (1998). *Horticultural Therapy – A Practical Guide to Using Horticulture as a Therapeutic Tool*. Enumclaw, WA: Idyll Arbor.
- Hyginus, G. J. (1535/1960). *The Myths of Hyginus*. Tradução e edição de M. Grant. University of Kansas Publications in Humanistic Studies, no. 34. Lawrence: University of Kansas Press. <http://www.theoi.com/Text/HyginusFabulae1.html>
- Jonas, H. (1979/1984). *Search of Ethics for the Technological Age*. Tradução de H. Jonas e D. Herr. Chicago: University of Chicago Press.
- Kant, I. (1785/2005). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de P. Quintela. Porto: Porto Editora.
- Kaplan, S. (1995). The restorative benefits of nature: toward an integrative framework, *Journal of Environmental Psychology*, 15(3), 169-82.
- Kaplan, R., & Kaplan, S. (1989). *The Experience of Nature: A Psychological Perspective*. New York: Cambridge University Press.
- Kenneth J. L., & Lennon, J. T. (2016). Scaling laws predict global microbial diversity. *Proc. Nat. Acad. Sciences*, 113, 5970–5975.
- Kheel, M. (2008). *Nature Ethics*. New York: Rowman & Littlefield.
- Knopf, R. C. (1987). Human behavior, cognition, and affect in the natural environment. In Stokols, D., I. Altman (Eds.), *Handbook of Environmental Psychology* Vol. 1, (pp.783- 825). New York: John Wiley & Sons.

- Leopold, A. (1949/1989). *A Sand County Almanac*. London, Oxford, New York: Oxford University Press.
- Manning, R. (1992). *Speaking from the heart: a feminist perspective on ethics*. New York: Rowman & Littlefield.
- Manning, R. (1996). Caring for animals. In C. Adams, J. Donovan (Eds.) *Beyond Animal Rights: A feminist caring ethic for the treatment of animals*. New York: Continuum.
- Marcus, C. C., Barnes, M. M., & Cooper, C. (1999). *Healing Gardens – Therapeutic Benefits and Design Recommendations*. New York: John Wiley & Sons.
- May, R. (1969). *Love and Will*. New York: W. W. Norton.
- May, R. (2010). Tropical arthropod species, more or less? *Science*, 329, 41–42
- Mayeroff, M. (1965). On Caring. *International Philosophical Quarterly* 5(3), 462-474.
- Mayeroff, M. (1971/1990). *On Caring*. New York: Harper Perennial / Harper Collins Publishers.
- Meadows, D. H., Meadows D. L., Randers, J., & Behrens III, W. W. (1972). *The Limits to Growth*. New York: Universe Books.
- Mind (2007). *Ecotherapy: The Green Agenda for Mental Health*. London: Mind.
- Mora, C., Tittensor, D.T., Adl, S., Simpson, A.G.B., & Worm, B. (2011). How many species are there on earth and in the ocean? *PLoS Biol* 9(8), e1001127.
- Noddings, N. (1984). *Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education*. Berkeley: University of California Press.
- Næss, A. (1973). The shallow and the deep, long-range ecology movement. *Inquiry* 16, 95-100.
- Relf, D. (Ed.) (1992). *The Role of Horticulture in Human Well-Being and Social Development*. Portland, Oregon: Timber Press.
- Rosenzweig, M. (2003). *Win-win Ecology, How the Earth's species can survive in the midst of human enterprise*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Séneca, L. A. (2009). *Cartas a Lucílio*. Tradução de J.A. Segurado Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simson, S. P., & Straus, M. C. 2003. *Horticulture as Therapy: Principles and Practice*. Binghamton, New York: The Haworth Press.

- Tronto, J. (1994). *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge.
- Ulrich, R. S. (1981). Natural versus urban scenes, some psychophysiological effects. *Environment and Behavior*, 13(5), 523-556.
- WCED (1987). *Our Common Future (The Brundtland Report)*, World Commission on Environment and Development. Oxford, UK: Oxford University Press.
- White, L. (1967). The historical roots of our ecological crisis. *Science* 155, 1203–1207.
- Whitney, E. (1993). Lynn White, ecotheology, and history. *Environmental Ethics* 15: 151–69.
- Wilson, E. O. (1984). *Biophilia*. Cambridge, MA: Harvard University Press.